

---

## **Educação para as Drogas na Formação Docente: Considerações acerca de um Minicurso Remoto para Profissionais de Ensino**

### ***Drug Education in Teacher Training: Considerations about a Remote Mini Course for Teaching Professionals***

**Maria Fernanda Batista Bittencourt GUIMARÃES<sup>1\*</sup>**

**Francisco José Figueiredo COELHO<sup>2</sup>**

**Maria de Lourdes da SILVA<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, BRASIL

<sup>2</sup> Instituto Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro, BRASIL

**Resumo.** O presente trabalho trata de um relato de experiência que analisou um minicurso remoto (síncrono) sobre drogas, oferecido para profissionais de Educação de uma rede municipal do interior do estado do Rio de Janeiro. Entendendo a importância do trabalho de extensão, e como se tornam maiores as possibilidades ao ser oferecido pela modalidade EAD, principalmente em um cenário de pós-pandemia. Através de atividades pedagógicas utilizadas durante o curso, como criar uma droga imaginária, foi perceptível a presença frequente de discursos proibicionistas e estigmatizantes em relação as drogas, seus usuários e atravessamentos, revelando carências de ordem social e pedagógica diante do tema. Nessa perspectiva, embora a formação remota seja mais econômica para o professor e para as redes gestoras de ensino, há limitações que podem ser superadas pela formação presencial, como as dificuldades de conectividade e a timidez para se colocar frente aos grupos. Cabe ressaltar a importância de demandar das instituições públicas que evitem a presença de profissionais gestores, a fim de não

---

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa e Educação e Drogas (GPED). Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: [atr.fernanda@gmail.com](mailto:atr.fernanda@gmail.com).

<sup>2</sup> Coordenador e Pesquisador do GPED – Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), Instituto Oswaldo Cruz (IOC), FIOCRUZ.

influenciar na liberdade de participação dos docentes e compreender globalmente os anseios e fragilidades de como tais profissionais lidam com o tema drogas.

**Palavras-chave:** Drogas. Formação de professores. Redução de danos.

**Abstract.** This work is a report on an experience that analyzed a remote (synchronous) mini-course on drugs, offered to Education professionals from a municipal network in the interior of the state of Rio de Janeiro. Understanding the importance of extension work, and how the possibilities become greater when offered by the EAD modality, especially in a post-pandemic scenario. Through pedagogical activities used during the course, such as creating an imaginary drug, it was noticeable the frequent presence of prohibitionist and stigmatizing discourses in relation to drugs, their users and crossings, revealing social and pedagogical deficiencies in the face of the theme. In this perspective, although remote training is more economical for the teacher and for the educational management networks, there are limitations that can be overcome by face-to-face training, such as connectivity difficulties and shyness to stand in front of groups. It is important to highlight the importance of demanding from public institutions that they avoid the presence of management professionals, in order not to influence the freedom of participation of teachers and to understand globally the desires and weaknesses of how such professionals deal with the issue of drugs.

**Keywords:** Drugs. Teacher training. Harm reduction.

Recebido: 18/08/2023 Aceito: 29/01/2024 Publicado: 08/02/2024

## 1. Introdução

Sem dúvidas a Educação para as Drogas é um dos temas que não pode passar despercebido em nossas instituições de ensino. Embora apresentem garantias legais para sua implementação (BRASIL, 2006), ainda é um desafio para as práticas educativas. Isso resulta de múltiplos fatores, dos quais cabem destacar o avanço das políticas públicas proibicionistas ao longo do último século e os respingos dessa política sobre a Educação. Desde sua gênese, na década de 1970, a Educação para as Drogas está ancorada nos saberes das ciências biopsicomédicas que, nos últimos anos – dadas as configurações políticas no país –, ditaram parte das políticas de Saúde e de Educação.

Essa dependência do campo da Saúde justifica em parte o olhar estigmatizante e segregador que a abordagem do tema implica ao campo educativo. Por isso, cabe reconhecer os marcos históricos a favor desta desconstrução, como, por exemplo, a partir do final da década de 1998, com a valorização do professor como coagente educador das questões que envolvem as drogas, sem destituir a importância dos agentes da saúde (COELHO; SILVA, 2021). Dos movimentos de contracultura da década de 1960-1970 aos avanços na pesquisa com Cannabis medicinal, traços de uma política proibicionista e segregadora ainda persistem e reverberam na forma como a

sociedade compreende o fenômeno do consumo de drogas, como frequentemente desmistificado pelo pesquisador Elisandro Carlini (CARLINI, 2010). Indícios do impacto dessa política de proibição podem ser percebidos tanto nas abordagens sobre o tema realizadas nas escolas quanto nos materiais educativos que circulam na sociedade, como apontado por Silva (2019).

Silva (2019) percebe que parcela dos materiais didáticos e paradidáticos que chegam às escolas, veiculam ideologias e conceitos típicos de uma política alienante que pouco exploram as experiências vividas pelos leitores e pouco investem em abordagens mais sociais e flexíveis sobre o tema das drogas. Do contrário, para a autora, frequentemente estes materiais se apoiam em três aspectos: classificatório (classificam as drogas), sintomáticos (os efeitos das drogas no organismo) e danosos (os danos causados pelo uso dessas substâncias). Isso revela um conjunto de saberes específicos, denominado pela autora como parte integrante de um Currículo Mínimo Irredutível (CMI), apoiado em uma abordagem centrada nos efeitos e danos que as drogas causam no organismo. Também nos ajuda a compreender o porquê das abordagens sobre drogas realizadas entre os professores se apoiarem com frequência na abstinência e no amedrontamento como estratégia de ensino, perspectiva também compartilhada por Acselrad (2013) e Coelho e Silva (2021).

Para Acselrad (2013), o debate mais flexível sobre drogas é uma possibilidade de enfrentamento da alienação reducionista, por priorizar o diálogo entre questões políticas, econômicas, legais e democráticas que permeiam o assunto. Em outras palavras, para a autora, o debate sobre drogas não pode estar atento apenas aos aspectos químicos ou biológicos, sendo descabível que tais discussões, dentro do espaço escolar, se concentrem na reprodução das informações sobre a possível ação danosa das drogas, mas não analise seus aspectos sociais, históricos e culturais. Tal enfoque não explora que as pessoas conheçam seus limites psíquicos e sociais e colocam a droga como personagem principal, excluindo as dimensões humanas do debate (ACSELRAD, 2017; SILVA; 2019). Neste alinhamento, Coelho e Silva (2021) sugerem que tais demandas no debate sobre drogas são pouco relativizadas (CARLINI, 2010), o que favorece o alastramento das políticas e discursos proibicionistas nas falas de muitos profissionais de ensino (COELHO; SILVA, 2021).

Considerando as impressões de Acselrad (2013), Silva (2019) e Coelho e Silva (2021), trabalhos como os de Coelho, Monteiro e Luz (2021) também questionam o modelo de amedrontamento e proibição como modelo central de abordagem tanto nas escolas quanto na formação dos profissionais do magistério. Para os autores, aos profissionais de ensino devem ser oferecidas experiências formativas sensíveis que não imponham conceitos, mas permitam cenários de análise conjuntas com esses agentes pedagógicos. Tais publicações reforçam a importância de abordagens e materiais educativos menos centrados nas drogas e mais atentos aos sujeitos em suas relações com o mundo, estabelecendo caminhos menos violentos mais compreensíveis e

democráticos sobre o tema drogas, o que na literatura é conhecido como Redução de Danos (RD).

Para autores como Coelho, Monteiro e Luz (2021), a RD é um caminho tangível, visto que não tem a intenção de oprimir ou condenar. Pelo contrário, dada a delicadeza do tema e os receios e mitos que emergem do temário, os autores sustentam que os conceitos em si não devem ser oferecidos de forma mecânica, mas contextualizados diante das experiências práticas dos docentes, favorecendo que os estigmas e equívocos conceituais sobre o assunto drogas passem a ser objetos de análise com/durante a própria formação. Nesse caminho, cabe considerar as perspectivas não apenas de um lado da história (ADICHIE, 2009), mas olhares que tangem o micro e o macro, confrontando e buscando compreender diferentes situações que facilitem abarcar também o olhar do outro sem se depositar no viés de condenação que perpetuam estigmas. Esta condição é importante de ser trabalhada nas formações continuadas do magistério.

Cabe salientar que, além das dificuldades do tema, as atividades não presenciais, que foram intensificadas e utilizadas durante o período da pandemia, permanecem como possibilidade de processo educativo. Ainda que demandam por si só fragilidades, uma vez que as interações virtuais (síncronas ou assíncronas) apresentam suas limitações. Isso se evidencia, sobretudo, nas atividades remotas síncronas (que ocorrem em tempo real e mediadas pelas tecnologias digitais), há de se considerar distintas questões emergenciais que impactam na aprendizagem dos profissionais de ensino, seja no âmbito do acesso às ferramentas (terem acesso aos espaços formativos digitais) quanto acerca da conectividade (possuírem internet capaz de permitir a conexão), entendimentos compartilhados com Almeida e Teixeira (2015) acerca do ensino a distância e suas repercussões. Nessa ótica, cabe reconhecer o grande papel da Educação ao longo da história e sua capacidade de formar profissionais capazes para lidarem com as emergências, nesse caso, a necessidade que recentemente sofremos de uma rápida transição para um modelo de educação online (ALMEIDA; SANTOS, 2022). Que segue como modelo facilitador da educação, mesmo em um momento pós pandêmico<sup>3</sup>.

Para Almeida e Santos (2022), tendo em vista as emergências dos processos formativos, é cabível considerar a urgência na construção de novos ambientes de pesquisa, formação e prática docente como uma condição adaptativa de nosso atual momento histórico, influenciado sobretudo pela pandemia de COVID-19. Nessa ocasião, complementamos o que os autores trazem, entendendo que tais emergências se conjugam tanto no âmbito do temário (temas que se tornam essenciais diante de um contexto histórico, como ocorre com o tema drogas) quanto

---

<sup>3</sup> A Pandemia de COVID-19, causada inicialmente pelo vírus SARS- CoV-2, foi responsável por mudar o padrão de vida de boa parte das pessoas ao redor do mundo. Em 11 de março de 2020 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo sido adotado diversas medidas de *lockdown*. Essas medidas ficaram em vigor por cerca de 2 anos, até que a maior parte da população tivesse acesso às vacinas. Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia> - Acesso em: 22 de nov. 2023.

diante da necessidade de (re)elaborar novas propostas formativas, especialmente aquelas realizadas com os corpos distantes temporal e geograficamente e mediados pela tecnologia.

Almeida e Santos (2022) complementam que a formação docente remota deve ir além da mera reatividade mediada por tecnologias, ponto de apoio que coaduna com os escritos de Almeida e Teixeira (2015). Exatamente neste sentido os autores sugerem não perder de vista que este processo formativo pode valorizar o profissional de ensino e reconhecer as inconsistências da formação continuada. Dilematicamente, partindo desse pressuposto, Almeida e Santos (2022) reconhecem que cada profissional também é um sujeito da formação de seu ato formador. Partindo da ótica freiriana, o que os autores sinalizam é que quando não se pode reagir à altura da mazela, é necessário, pelo menos, enfrentá-la com dignidade. Com isso, neste enfrentamento emerge um fazer pedagógico que transmite – e também inspira – uma prática formativa, que autoriza o professor a seguir no processo mesmo durante uma crise. Não apenas para permitir que rotinas de estudo e encontros educacionais possam ser garantidos em contextos adversos, mas para atuar no sentido de ser uma fonte necessária de esperança, de saber que as coisas podem até piorar, mas de saber também que é factível intervir para melhorar uma situação pedagógica (ALMEIDA; SANTOS, 2022).

Considerando as ideias de Almeida e Santos (2022), especialmente no que tange as formações remotas, é possível reconhecer aproximações com os estudos de Coelho, Monteiro e Luz (2021) no que diz respeito a um processo formativo que busque o melhoramento do agente educativo diante de uma situação pedagógica que o desafie. Com ênfase na aprendizagem colaborativa, os pesquisadores revelaram o potencial destas formações não presenciais como motivadoras para o processo contínuo de formação desses profissionais no temário drogas. Para eles, ainda que distantes geograficamente, é possível partir das experiências de vida e dos saberes técnicos e pedagógicos dos profissionais envolvidos, reconhecendo os contextos de adversidade e compreendendo a formação continuada como mais um caminho para explorarem e reverem suas práticas (COELHO; MONTEIRO; LUZ, 2021; ALMEIDA; SANTOS, 2022).

Outro ponto que cabe sinalizar do trabalho de Coelho, Monteiro e Luz (2021) é a dinâmica interdisciplinar que brota do temário drogas. Sendo um tema transversal que se comunica com outras áreas do conhecimento, a perspectiva da aprendizagem colaborativa favorece que outros temas correlatos façam parte do cenário de aprendizagem dessas formações não presenciais, como por exemplo os debates acerca das violências na escola e dos processos de segregação física, mental e social que se instauram no espaço escolar. Quer dizer, outros assuntos não previstos na formação podem surgir mediante a colaboração entre os cursistas, estimulando o diálogo entre profissionais de diferentes especialidades, o que oferece uma robustez interdisciplinar ao processo formativo destes profissionais. Nessa ótica, segundo os autores, interlocuções sobre o fenômeno do consumo de drogas a partir da construção de novos cenários de aprendizagem instrumentalizam e ampliam o espaço de confiança no compartilhamento dos receios e expertises associadas ao tema drogas.

Diante de tais pressupostos, este relato de experiência formativa analisa e discute um minicurso remoto (síncrono) sobre drogas, oferecido para profissionais de Educação de uma rede municipal do interior do estado do Rio de Janeiro, traduzindo a realidade educativa desses profissionais e os percalços encontrados ao longo de suas práticas pedagógicas sobre o tema drogas.

## 2. Metodologia

Metodologicamente, este artigo trata de um estudo qualitativo, descrevendo um relato de experiência pautada em um estudo de caso de uma formação imersiva (minicurso) oferecido para professores de uma rede pública municipal de ensino. Para análise dessa formação, nos apropriamos dos contextos de elaboração enunciativa produzidos ao longo da formação, seguindo o referencial metodológico de Mikhail Bakhtin (1986). Dessa forma, nossa intenção foi compreender o diálogo que emergiu entre esses registros e seus contextos, buscando rebatimentos e endereçamentos políticos e ideológicos (os endereçamentos pedagógicos também se constituem neste processo). Para Bakhtin, todo o sistema de ideologias possui um significado (o que remete a algo situado fora de si mesmo), apresentando um sentido próprio (BAKHTIN, 1986). Para ele, um signo não existe apenas como parte de uma realidade, mas reflete e refrata (os dois fenômenos se combinam), podendo apreendê-la, produzir distorções ou manter sua integralidade (fidelidade). Refletir e refratar são, assim, categorias de análise utilizadas nos discursos destes profissionais que participaram deste minicurso sobre drogas.

Nesse artigo, partindo da ótica Bakhtiniana (1986), nos apropriamos tanto da interação social verbal (falas ao longo das interações mediadas pelos professores que ministraram a formação) quanto da textual (dos chats da plataforma utilizada). Quer dizer, metodologicamente, o que nos interessa é analisar o conteúdo dessas interações para depreender, ao longo de toda a interação virtual formativa, as ideologias subjacentes às concepções sobre drogas dos cursistas. Tais participantes constituíram uma situação concreta de interação, trazendo sentidos e significados em seus discursos. E isso reflete não apenas sentidos e significados de sua existência pessoal, como o *modus operandi* de suas práticas pedagógicas em torno do tema drogas.

O minicurso aqui descrito, intitulado Educação sobre Drogas: caminhos possíveis, resulta de uma formação adaptada (4 h) de um curso mais longo, de 8 horas de duração. Ambos os formatos são oferecidos gratuitamente para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tal formato adaptado iniciou-se após a pandemia de COVID-19, tendo em vista os cuidados profiláticos prescritos regional e nacionalmente. Após a pandemia e toda a regularização do processo vacinal, os cursos continuaram neste modelo remoto (síncrono), especialmente para os municípios mais distantes da região metropolitana, onde fica a base do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED), o que otimizou custos e deslocamentos tanto dos pesquisadores que o ministram quanto dos professores e demais profissionais cursistas. Este minicurso configura uma das ações extensionistas gerenciadas pelo GPED, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com o intuito de ampliar, de forma gradual, o olhar dos profissionais da Educação

a partir da interlocução entre as Ciências em perspectiva multidisciplinar, a formação parte dos pressupostos teóricos e práticos da RD. Em suma, não oferece respostas diretas, mas induz o participante a repensar e (re)elaborar concretamente seus conceitos, propondo debates e caminhos possíveis que ultrapassem visões centradas na proibição como único caminho pedagógico.

O minicurso foi conduzido seguindo três estratégias de ensino: a primeira, de reconhecimento, consistiu em reconhecer os profissionais participantes e suas origens e motivações para a realização do curso em seu formato remoto. A segunda, foi uma dinâmica intitulada Droga imaginária. Ela foi adaptada do material Álcool e outras drogas – adolescentes e jovens para a educação entre pares, da Série Saúde e prevenção nas escolas, do Ministério da saúde<sup>4</sup>, com a intenção de permitir que os profissionais de ensino, aos pares, sugerissem uma droga fictícia, e pontuassem/inventassem suas mais diversas características. Nossa intenção com esta atividade, foi provocar a emergência de discursos de compreensão da realidade, nos quais expressam o que pensam e as experiências que têm sobre o tema usando dos conhecimentos reais para criar e imaginar.

A partir disso, pedagogicamente adotou-se uma abordagem dialógica, a intenção foi perceber o enraizamento proibicionista contido nas expressões verbais e textuais do grupo, buscando desconstruir como circula o CMI que comentamos na introdução (SILVA, 2019). A última estratégia foi a realização de uma espécie de *brainstorming* (tempestade de ideias), cuja proposta foi questionar os cursistas sobre o que de fato eles levariam daquela formação para suas práticas profissionais, buscando aplicabilidade para os conceitos e debates decorrentes daquele momento.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1. Universo de participantes e motivações

O minicurso foi oferecido para até 60 profissionais de Educação da rede municipal que demandou a formação. Destas vagas, houve 51 inscrições realizadas via Secretaria Municipal de Educação. Contudo, apenas 22 profissionais participaram efetivamente. Em especial, nesta edição do minicurso, a maioria dos profissionais presentes – mais da metade – ocupava o cargo de Orientador Pedagógico, além de professores da educação infantil e professores de primeiro e segundo segmento, incluindo docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A maioria dos profissionais cursistas trabalhavam em mais de um município, acumulando outra matrícula (vínculo público) em redes de ensino públicas e/ou privadas de municípios vizinhos.

---

<sup>4</sup>BRASIL. Ministério da Saúde. Adolescentes e jovens para a educação entre pares: álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221899> – Acesso em: 22 de out. 2023.

Sendo oferecido de forma remota (síncrona) e gratuita, o minicurso ocorreu na plataforma RNP (Rede Brasileira para Educação e Pesquisa), onde o GPED/UERJ mantém uma sala para webconferências. A plataforma é pública, sendo de grande utilidade e um facilitador para oportunizar que o grupo de pesquisa possa ter acesso a tais profissionais sem os custos que uma formação presencial exigiria (COELHO; MONTEIRO; LUZ, 2021). Convém lembrar que o município dista cerca de 300 km (distância de condução e não em linha reta) do centro do município do Rio de Janeiro, estando localizado na região norte do Estado. Com uma população de aproximadamente 36 mil habitantes. O município possui 16 escolas municipais<sup>5</sup>.

No âmbito geral, na fase de apresentação da equipe formadora do GPED e de conhecimento dos profissionais cursistas, tanto os professores em exercício quanto os orientadores educacionais destacaram distintos interesses na participação do curso, que podem ser resumidos na: (I) necessidade de conhecerem mais sobre o tema (frequentemente marcado por discursos proibicionistas de repulsa ao uso de drogas) e (II) na necessidade de saberem como levar o tema para as escolas onde trabalham (frequentemente marcado pela busca de soluções concretas que resolvessem o problema do uso de drogas entre os jovens e a comunidade escolar). Convém lembrar que tais impressões também foram percebidas no estudo realizado por Coelho e Silva (2021), especialmente acerca do dilema medo versus necessidade docente de comentar sobre o assunto com seus estudantes em áreas dominadas pelo tráfico.

Sem que precisássemos pedir que habilitassem a câmera ao longo de suas falas, a maioria já se colocou disponível para tal ação, o que favoreceu a interação da equipe formadora com os profissionais participantes e revelou um certo entrosamento entre eles e com a equipe formadora, o que em princípio, pareceu estimular a dinâmica colaborativa que deu aporte ao curso (COELHO; MONTEIRO; LUZ, 2021). Nesse caminho, entendemos que essa etapa de reconhecimento é fundamental, especialmente quando o tema da formação assume um contorno delicado e emergente como o tema das drogas. Nesse viés, foi possível perceber que as motivações se amparavam em uma dinâmica de busca de soluções de enfrentamento do tema, revelando que a formação remota foi uma possibilidade de lidar com as adversidades (ALMEIDA; SANTOS, 2022) que o tema apresenta no município, mostrando um contexto formador inicialmente de esperança na busca de soluções mais imediatas.

Acerca do mencionado, convém sinalizar que as motivações e receios revelados pelos cursistas se amparavam não apenas nas problemáticas do município que gerenciou a formação, mas nos quadros de adversidades presentes também nas redes vizinhas, nas quais residiam ou possuíam outra matrícula, tais como Campos dos Goytacazes e São Fidélis, o que demonstra que as formações se alastram e se comunicam com os saberes que circulam nos diferentes contextos pedagógicos. Tais impressões também corroboram com os resultados de Coelho e Silva (2021) na medida que coadunam com uma realidade emergente dos docentes da instituição pública: a

---

<sup>5</sup> De acordo com os dados disponibilizados no site do município de São João da Barra. Disponível em: <https://www.sjb.rj.gov.br/site/escolas> – Acesso em: 22 de out. 2023.

necessidade de orientação acerca do temário drogas, pautada nas vivências e experiências situacionais destes profissionais e não em práticas que reproduzem modelos prontos para serem realizados em sala de aula, uma das pontuais críticas feitas por Gilberta Acselrad (2017).

### 3.1. Pensando uma droga imaginária – O que a atividade revelou?

Acerca das drogas imaginárias, os professores e orientadores educacionais cursistas participantes foram unânimes em representar uma droga que gerasse sofrimento aos jovens, público principal idealizado na atividade. Segundo parcela dos professores cursistas, a droga imaginada estaria numa condição de fácil acesso (por vezes até de forma gratuita), propiciando abundantes quadros de vício. De tal modo que bastariam algumas situações de uso para que os jovens se tornassem dependentes do produto. Curiosamente, praticamente a metade das duplas propôs que a droga fictícia, além de torná-los viciados rapidamente (em si este já é um dos conceitos equivocados), tenderiam a aliciar os estudantes para o tráfico (outro conceito pautado em equívoco – uma vez que nem todos os jovens comungam da mesma realidade física, social e cultural em torno das escolas). Complementando estes discursos, experiências de uso abusivo entre familiares e violência em torno do tráfico no município onde atuam sustentou parte das falas que emergiram na atividade. Nesse contexto, as drogas fictícias assumiram papel viciante, abusivo e direcionador para entrada no tráfico, dando início à vida criminosa.

Particularmente, convém destacar a droga fictícia de uma das duplas, sugerindo um produto de fácil acesso pelos aparelhos de smartphones, da internet e das telas dos aparelhos eletrônicos. Apontou como uma droga que estaria em todos os lugares, que seria incentivada por todos, que é lícita e usada de forma diária e sem controle, tecendo comparações com o próprio uso abusivo dos celulares entre os jovens. E o mais interessante dessa questão é justamente o olhar dos efeitos, do uso abusivo e do vício, que comumente são associados como problemas ligados às drogas, mas poderiam e estariam associados a outros tipos de uso em outros ambientes e aspectos. Para a dupla, não se trata apenas do potencial deletério de uma droga química, mas de todo produto que pode gerar efeitos psicoativos deletérios. Especialmente nesta dupla, foi possível perceber uma diferenciação entre uso e abuso, colocando a letalidade – de forma reducionista – não apenas no produto (drogacentrismo), mas nas práticas de abuso.

Algumas das drogas fictícias apresentadas pelos cursistas destacavam o papel gregário do produto. Por exemplo, uma cursista sugeriu uma droga fumada, mas que seria ilícita e os adolescentes pudessem utilizá-la de forma clandestina. Esta droga fictícia se aproximou das práticas de uso do tabaco e de outras drogas fumadas como a maconha. Tanto nesta quanto em outras drogas fictícias sintéticas a letalidade seria influenciada pelas companhias. Em ambas situações, as drogas fictícias seriam danosas e se relacionariam com um certo estímulo social (práticas de sociabilidade), sendo produtos tendenciosamente mais consumidos em grupos.

De forma geral, a impressão que temos é de que tais produtos fictícios foram imaginados em pressupostos predominantemente drogacêntricos, cujas drogas assumem o papel demonizador, sendo responsável pelo fracasso do jovem perante si mesmo e a sociedade. São carregadas do estigma do viciado e da generalização de que todo o jovem que fizer uso de uma substância psicoativa necessariamente terá problemas maiores com o abuso do produto. A análise destas drogas fictícias revela uma preocupação com o aliciamento, com os danos que produzem no organismo e que culminam nos efeitos deletérios do vício. Assim, o uso abusivo e o recreativo são indistintos (de fato, este último sequer é considerado), reproduzindo a crença de que todo uso, ainda que não seja abusivo, seja um mal maior e o efeito das drogas sobre o corpo, patogênico e depreciador, deve ser considerado para evitar que tais situações ocorram. Estas impressões das falas dos cursistas revelam uma apropriação das bases que sustentam o CMI (SILVA, 2019), o que afere a fuga das drogas como o único caminho adequado para o bem-estar e para a qualidade de vida, porque carrega o sentido de abdicar uma vida mórbida e criminosa.

Quando solicitado que inventassem suas drogas, os participantes, em sua maioria, narraram a droga de forma prejudicial e pejorativa, como já visto, e também como salvação de uma “dor”, alívio para sofrimentos ou ainda como “status”, quase sempre fazendo relação entre a situação imaginária e as possibilidades conhecidas na realidade. Além disso, buscavam soluções para casos específicos de uso abusivo, sem expandir o olhar sobre as demais possibilidades, como o uso recreativo, não abusivo, ou a problematização das drogas lícitas.

### 3.2 A presença de um gestor municipal na formação – O que isso revela?

Um dos representantes da Subsecretaria do município encontrava-se presente e foi veemente em afirmar que os profissionais da educação do município adotavam uma visão referente a Redução de Danos, e que seria de conhecimento geral um olhar amplo e social sobre o assunto não se limitando ao proibicionismo e à prevenção. Porém, ainda que muito enfático e com falas extremamente pertinentes, essa não era a visão e os ideais observados nos discursos dos profissionais do chão da escola.

Ainda que as últimas eleições tragam um aporte promissor para avanços nas políticas sobre drogas e nas ações educativas sobre o tema, o fato é que a RD ainda se recupera. Abre espaços cautelosos para debates que foram velados e ignorados, tais como a descriminalização das drogas<sup>6</sup>, visto que a guerra às drogas foi fortemente intensificada durante os governos anteriores (2016-2022). Essas contradições, em princípio, conflituosas, deixam claro que se tratava de um representante do município que tinha um pensamento enquanto os professores ali presentes tinham outro. O representante da Subsecretaria tinha os pensamentos afinados com a RD, mas, acabou atropelando o caminhar do curso, adotando como conhecimento geral um saber seu que

---

<sup>6</sup> Conforme entrevista cedida pelo Ministro dos Direitos Humanos Silvío Almeida a BBC News em 09/03/2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TvQkJHm6T\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=TvQkJHm6T_0) – Acesso em 22 de nov. 2023.

não era do entendimento geral, o que costuma ser uma prática comum nas secretarias de educação, sobretudo as municipais (COELHO, SILVA, 2021).

Nesse momento, houve um entendimento de dissociação entre o que estava na representação e o que estava, efetivamente, sendo transpassado nos entendimentos dos profissionais do chão da escola. Porém, observado o percurso do momento de conversa e de trocas, e ainda a quantidade de representantes das escolas presentes, pode ter sido um bom momento para esclarecer a posição da liderança. Talvez não da melhor forma, ou com os melhores argumentos, porém, com os ouvidos necessários. Ainda que possa ter gerado desconforto a dicotomia e o tom representativo geral, parecia uma forma de defender o conhecimento e a posição, além de, colocar como imposta uma ideia e um conhecimento. Foi um desses momentos em que as posturas das autoridades se situam de modo mais progressivo do que a média geral e esta, embora entenda, em termos gerais, as propostas, não conseguem abandonar seus pressupostos calcados em princípios morais e condutas assistencialistas. Os “conflitos” sempre fazem parte dos ambientes pedagógicos e democráticos e é importante analisar o significado dessas diferenças, entendendo os sujeitos e suas opiniões.

### **3.3. Brainstorming – O que fica do curso remoto na prática docente?**

É evidente que as falas problemáticas, proibicionistas, abstencionistas identificadas na maioria dos participantes estavam ligadas, como vimos, à arraigada estrutura do currículo mínimo irreduzível (SILVA, 2019; SILVA; COELHO, 2022) que é, permanentemente, reiterado pela literatura, pelos agentes de segurança pública e da saúde. Muitas vezes ignorando completamente a possibilidade do uso social e recreativo de drogas, ou de que, como aponta Acselrad (2013), alguns usuários não conseguem, não podem ou não querem parar de usar drogas. E ainda, apontam como solução a utopia da abstinência completa, em um mundo sem drogas (ACSELRAD, 2013), que não é real. Ao identificarmos o olhar extremo em relação ao entendimento de todo uso como uso abusivo, estamos olhando com estigma os que não o fazem dessa forma e, ainda, os deixando à própria sorte.

Em ambas as atividades propostas pelo minicurso, identificamos que os professores não se sentem aptos a falar sobre as drogas, muitas vezes, delegando a profissionais de outras áreas essa responsabilidade. Essa suposta falta de aptidão vem justamente da falta de domínio e conhecimento sobre o tema, e quando a falta de conhecimento gera uma impossibilidade de profundidade e reflexão, isto perpetua o CMI (SILVA, 2019), assim como os saberes populares marcados de generalismos e imprecisões.

O discurso abstencionista não funciona para aqueles que já tenham tido contato com as drogas, visto que a resolução apontada, nunca utilizar drogas, já não se aplica mais para eles. Como apontado durante o curso, o discurso de “ex-usuários redimidos” não é a forma ideal de lidar com a temática em sala de aula, por causar no jovem uma sensação de “desafio”. Apontar

falácias sobre “efeitos”, trazidos única e exclusivamente de forma negativa, alarmista e pejorativa, ou de forma danosa, faz com que o jovem possa identificar o discurso como “mentiroso” e “falso” de acordo com seu próprio conhecimento, suas experiências ou a de pessoas próximas.

A fala de um dos cursistas trazia em relato o caso de um “usuário que virou traficante”, além de, histórias pontuais de uso abusivo, muitas vezes associadas à família dos alunos. No geral, eles pediam resoluções que muitas vezes não podiam ser atendidas logo no primeiro encontro formativo, ou, que não eram resoluções de responsabilidade da educação, ações que deveriam ser previstas pelos serviços de assistência social e saúde pública municipais. O olhar da “história única” (ADICHIE, 2009), que rotula e causa estigma, ofuscava a complexidade das diferentes realidades.

O entendimento hipertrofiado do papel do professor impede a compreensão do que lhe cabe realizar e do que cabe delegar para fazer funcionar o sistema multidisciplinar de uma rede de atendimento. Ou nem tudo será da alçada da educação ou será tudo da alçada da assistência, da saúde e, quiçá, da polícia e da justiça. Não ter resposta ou soluções diretas para essas questões pode parecer desanimador, mas, o que a RD preza é justamente que com consciência, conhecimento, educação, direitos e liberdade, as pessoas possam fazer escolhas conscientes. Tal perspectiva redutora de danos é pouco frequente nos discursos de desespero e despreparo para lidar com o assunto, como comentamos. O entendimento sócio-histórico das drogas e das relações humanas em torno desses produtos é ausente nos discursos, o que remonta a uma concepção não apenas drogacêntrica como generalista do debate. E, compreendemos que isso ocorre justamente pela falta de expertise tanto na pulverização do temário nas escolas quanto nas orientações desses profissionais ao longo de suas formações iniciais e continuadas e pela ausência de movimentos nesse caminho pelas Secretarias de ensino onde atuam. Curiosamente, embora um dos gestores da Secretaria de Educação, tenha apontado elementos que demonstram a secretaria inclinada à RD, poucos professores entendem estes pressupostos.

Ainda que realizado em um curto período, o curso remoto funcionou bem em sua dimensão imersiva, sem ter a intenção de esgotar o debate em um mesmo momento. Pelo contrário, busca uma aproximação inicial com os profissionais, a fim de resgatar experiências e deixar perturbações ao longo do curso e questões que promovam reflexões nos grupos após a formação. Por isso, as práticas formativas se apropriam da aprendizagem colaborativa, sobretudo no primeiro momento do curso. Nesse momento, a escuta atenta aos profissionais, mediada por desconstruções pontuais, auxilia no processo de desmistificação e reconhecimento de distintas histórias de vida que são compartilhadas no curso (COELHO; MONTEIRO; LUZ, 2021).

O curso, através do diálogo, da fala e da escuta ativa, desmitifica certos olhares e ainda respeita o tempo dos participantes para absorver novos conceitos e ideias, deixando aberto o canal e as possibilidades de educação continuada, ampliando suas redes e deixando suas marcas. Levando

para o chão da escola os conhecimentos do campo científico e pensando como acalantar demandas pontuais tão difíceis e específicas. Através dos cursos remotos mantém-se um canal contínuo que considera experiências reais da escola e articulam os achados das pesquisas no campo de Educação para as Drogas, articulando teoria e prática, ainda que de forma brevemente imersiva. Onde os professores da escola podem ter ainda mais aporte para as questões da sociedade/escola e os pesquisadores possuem a proximidade, os dados e relatos, para pensar em contínuas melhorias e expansão, explorando seus potenciais.

#### 4. Chegando às considerações...

O minicurso adaptado para o formato remoto resultou de uma adaptação pós-pandêmica que permitiu que mais redes de ensino pudessem estar envolvidas. Além de evitar custos de deslocamento dos pesquisadores que o ministram e dos profissionais cursistas, abarcando um maior número de profissionais no Estado do Rio de Janeiro. Embora também seja um conforto financeiro para os professores (que não precisam se deslocar para longas distâncias) e para as redes de ensino que desejam congregar novos saberes com seus profissionais (sem custos de deslocamento para os pesquisadores e infraestrutura), o formato remoto – oriundo do desenho remoto emergencial – apresenta suas limitações, sobretudo acerca da dificuldade de acesso dos profissionais e das dificuldades de conectividade, como pontuadas por Coelho, Monteiro e Luz (2021) no escopo das formações a distância. Consideramos ainda sim que os benefícios superam as dificuldades, sendo a oferta dos cursos no modelo remoto uma excelente possibilidade de expansão do trabalho de extensão, facilitando as trocas além dos limites físicos.

Tais impressões da literatura também têm sido percebidas desde as primeiras edições remotas do curso. Contudo, ainda com tais limitações o minicurso se apresenta como caminho promissor de desconstrução não apenas do tema drogas, mas de temas correlatos que emergem do debate nestas formações. Uma dessas desconstruções se refere ao escopo do tema, que não deve ser visto como temário coordenado somente pelas autoridades policiais ou da Saúde. Tais formações, ainda que breves, são caminhos de imersão no tema pelos profissionais que não conseguem ou não sabem articular o tema drogas em suas práticas educativas. A formação se revelou como instrumento em potencial para ouvir os anseios e principais dificuldades desses profissionais. Contudo, temos notado que as formações remotas têm suas limitações, a saber: apresenta uma menor interação entre os cursistas visto que a maioria se coloca mais tímida (TEIXEIRA; ALMEIDA, 2015). Cursos no formato presencial têm mobilizado mais a participação e ampliado o debate entre tais profissionais, como percebido por Coelho e Silva (2021).

Obviamente o minicurso, em seu caráter imersivo, busca autorizar os profissionais de ensino (de docentes a orientadores educacionais) em abrangência multiprofissional que reconheça as dimensões biopsicossocioculturais do assunto, mas evite canais de tolhimento e inibição dos profissionais, como a presença de profissionais gestores ou participações politicamente estratégicas, o que coloca em xeque a qualidade da ação formativa. Cabe destacar a importância

dessa imersão para confortar os profissionais de que a equipe do curso se mantém atenta e de prontidão para dar suportes pedagógicos e emocionais quanto às formas de abordagem do tema nas escolas, o que, como temos percebido, são carentes neste e nos demais municípios por onde a formação circula. O trabalho formativo não se dá apenas ao longo das horas de curso, mas gera um canal comunicativo entre os profissionais da rede em caráter contínuo que estimula que tais professores também invistam em pesquisa e aperfeiçoamento sobre o tema.

## Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, G. “Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos”. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v.16, n.63 (Edição Especial), p.96-104, out. - dez., 2013. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista63/revista63\\_96.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf) – Acessado em 12/04/2023.
- ADICHIE, C. N. **O Perigo da história única**. São Paulo. SP: Companhia das Letras, (2009). Adaptação da primeira palestra proferida por Chimamanda Ngozi Adichie no TED Talk, em 2009.
- ADORNO, T. W. A educação contra a barbárie. In: ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 155-168.
- ALMEIDA, W. C.; SANTOS, E. O. A Emergência da Educação On-line: Narrativas Docentes-discentes de uma Educação On-line por/em outras Presencialidades. **EaD em Foco**, v. 12, n. 3, e1922, 2022. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i3.1922>
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BRASIL, 2006. **Lei n. 11.343**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm) – Acessado em 12/04/2023.
- CARLINI, E. E. C. O uso medicinal da maconha [Entrevista concedida à Revista Pesquisa FAPESP]. MARCOLINI, N.; ZORZETTO, R. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, SP, Edição 168, p. 8 – 13, fevereiro, 2010.
- COELHO, F. J. F.; SILVA, M. L.. Mediação de Conflitos em Cursos Sobre Drogas na Formação de Professores. In: MAIA, B.; VERISSIMO, M.; FILPO, K.; MONTEIRO, P. (org). **Administração de Conflitos no Espaço Escolar: Estudos Interdisciplinares II**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021, p. 237-259.
- COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S.; LUZ, M. R. M. P. Formação de Professores em um Curso On-line sobre Drogas: Contribuições da Redução de Danos e da Aprendizagem Colaborativa. **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1215, 2021. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1215>

SILVA, M. L.. "Álcool, medicamentos e outras drogas nos materiais paradidáticos entre os anos 1970-2000: Embates de sentidos na educação". **ANPUH – Brasil 30º Simpósio Nacional de História**, Recife, PE, jul. 2019.

TEIXEIRA, N. F.; ALMEIDA, P. V. Formação de Professores na Educação a Distância e a Prática Reflexiva. **EaD em Foco**, v.5, n.3, p. 1-14, dez, 2015. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v5i3.281>

---

#### COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: GUIMARÃES, M. F. B. B.; COELHO, F. J. F.; SILVA, M. L. Educação para as Drogas na Formação Docente: Considerações acerca de um Minicurso Remoto para Profissionais de Ensino. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2074, 2024. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2074>